



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

CRISE, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: O TERRITÓRIO GAÚCHO EM ANÁLISE

Ana Lúcia Suarez Maciel¹

Resumo

Este artigo tematiza a dialética e contraditória relação que vem sendo estabelecida entre a crise societária e o trabalho em Serviço Social, tendo como aportes os resultados preliminares de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre o trabalho dos assistentes sociais, no território gaúcho, considerando a conjuntura de crise que vive o mesmo, bem como a sociedade em geral. Os dados obtidos nos permitem indicar que a atuação e a requisição profissional vem sendo marcada pelo retorno da perspectiva conservadora da profissão e das demandas sociais. Esses dados, ainda que tenham sido obtidos no RS, podem ser considerados como parte de um processo mais amplo que atinge a profissão em todo o Brasil, sendo necessário que a academia possa, cada vez mais, fornecer subsídios - consistentes e críticos - para que a categoria profissional possa se apropriar e debater sobre os mesmos, de modo a construir estratégias para o seu enfrentamento e superação.

Palavras-chave: Crise; Trabalho; Serviço Social; Rio Grande do Sul.

Crisis, work and Social Work: the gaucho territory under analysis

Abstract

This article discusses the dialectic and contradictory relationship that has been established between the corporate crisis and the work in Social Work, having as input the preliminary results of a research that has been developed on the work of social workers in the territory of the state of Rio Grande do Sul considering the conjuncture of crisis that lives the same, as well as society in general. The data obtained allow us to indicate that the performance and the professional requisition has been marked by the return of the conservative perspective of the profession and the social demands. These data, although obtained in RS, can be considered as part of a broader process that reaches the profession throughout Brazil, and it is necessary that the academy can increasingly provide consistent and critical the professional category can appropriate and debate about them, in order to build strategies for their coping and overcoming.

Keywords: Crisis; Job; Social Work; Rio Grande do Sul.

Introdução

Este artigo decorre dos resultados preliminares de uma pesquisa que vem sendo realizada, desde 2017, por um grupo de estudos vinculado a um Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Rio Grande do Sul (RS), cujo objeto de estudo é o trabalho dos assistentes sociais. A motivação para a realização da pesquisa decorreu da constatação empírica e teórica, proveniente de estudos anteriores, em que nos deparamos com resultados que apontavam para significativas alterações no trabalho dos assistentes

¹ E-mail: <info@enps.com.br>.

sociais. Parte delas, tem relação direta com a conjuntura contemporânea de crise que vive o país e o próprio estado em análise, acompanhada dos impactos decorrentes da massificação do curso neste território, o que vem ampliando significativamente o contingente profissional que é colocado à disposição no mercado de trabalho.

Logo, o avanço quantitativo de profissionais no mercado de trabalho está diretamente relacionado ao processo de precarização desse trabalho e ao aumento progressivo do desemprego, pois dificilmente a oferta de emprego poderá acompanhar o contingente de profissionais “em uma conjuntura recessiva, pressionando o piso salarial e a precarização das condições de trabalho, aumentando a insegurança no emprego e a concorrência no mercado profissional de trabalho” (IAMAMOTO, 2007, p. 630).

Nesse contexto, o estado do RS também vivenciou processos que levantaram questionamentos da categoria com relação à direção social da mesma, como pode ser exemplificado com a realização em Porto Alegre, nos anos de 2016 e 2018, de dois Encontros sobre o Serviço Social Clínico, organizado pelo Sindicato dos Assistentes Sociais, onde foi pautada a vedação, por parte do Conselho Federal de Serviço Social, das práticas terapêuticas e explicitada que tal vedação estaria restringindo o mercado de trabalho dos profissionais. Como decorrência do último evento, a categoria reunida no seu encontro anual, lançou uma moção de repúdio em que considerou o seguinte:

“() a retomada de práticas conservadoras, como as “Práticas Terapêuticas” ou ainda “Serviço Social Clínico”, fragilizam e ameaçam o nosso Projeto Ético-Político, o qual foi resultado das transformações societárias protagonizadas pela vanguarda do Serviço Social no bojo da categoria, fruto do amadurecimento crítico da profissão no Brasil” (CRESS, 2018:p.01).

Segundo o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da 10 Região, o RS possui um contingente de profissionais de cerca de 11.500 assistentes sociais e, no âmbito da formação, o mesmo possui 18 Unidades de Formação de Assistentes Sociais (UFAS), sendo 15 privadas e 3 públicas; 5 delas ofertam o curso na modalidade de ensino à distância, contando com polos em 136 municípios (27% do estado) e 6 se encontram em processo de extinção do curso (INEP, 2018).

No seu conjunto, essa realidade da profissão no RS vem tensionando as práticas profissionais, no que se refere à formação, ao exercício profissional e a organização política da categoria, tornando-se necessário problematizar a mesma.

A partir dessa constatação, elegemos como objeto de estudo o trabalho profissional, tendo definido o seguinte problema de pesquisa: *Como vem se configurando o trabalho dos assistentes sociais no Rio Grande do Sul diante da crise contemporânea?* Para responder à essa pergunta de partida, desenhamos um estudo do tipo qualitativo, alicerçado no método dialético-crítico, que vem utilizando como fontes de pesquisa: dados documentais, empíricos e bibliográficos que são analisados à luz do método de análise de conteúdo (PAGES, 1987).

A fim de compartilhar parte dos resultados da pesquisa, estruturamos este artigo da seguinte forma: introdução; contextualização da crise societária e os seus rebatimentos no trabalho profissional; contextualização do trabalho dos assistentes sociais no RS; considerações finais e referências que alicerçaram a produção do mesmo.

Crise societária: rebatimentos no trabalho profissional

Um dos temas que vem convocando a profissão, cada vez mais, se refere à crise vivida pela sociedade capitalista e as suas repercussões na realidade brasileira. São inúmeras as contribuições acadêmicas que nos auxiliam no processo de desvendamento da mesma. NETTO (2012) nos forneceu importantes aportes para a compreensão desse fenômeno, lembrando-nos que ela é constitutiva do capitalismo, contudo, se apresenta de formas distintas (cíclica ou sistêmica), sendo que a atual crise que vivemos – do tipo sistêmica - impõe aos assistentes sociais a apreensão do estágio atual que o capitalismo vive, bem como a capacidade em apreender os indicadores sociais que conformam as contemporâneas expressões da questão social, os atuais paradigmas de regulação social, organização e gestão do trabalho, pois:

A articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” constitui uma das faces contemporâneas mais evidentes da barbárie atual (NETTO, 2012: p.429).

É inegável que no interior da categoria profissional já se constata os rebatimentos dessa crise, tanto nas regressões que se colocam no âmbito da oferta dos serviços e direitos sociais, sinalizando para um redesenho das políticas sociais e um compartilhamento das mesmas com outros segmentos da sociedade (o que gerou novos espaços de trabalho para a categoria, mas também estagnou as vagas na esfera estatal em

função da redução dos concursos públicos); quanto nas condições para o exercício profissional, o que inclui a empregabilidade dos profissionais (em termos de condições de acesso ao trabalho, mas, também, de remuneração e proteção social). Por conta das limitações de um artigo desta natureza, optamos por nos dedicar a problematizar alguns dos elementos que se referem ao exercício profissional, lembrando que:

De fato, o chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado — e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade (NETTO, op.cit, p.417).

Na realidade do trabalho dos assistentes sociais já se constata essa reestruturação que vem acompanhada de um processo de requisição do trabalho dos profissionais que reatualiza abordagens que, historicamente, já haviam (ou pareciam) ter sido superadas pela profissão. Referimo-nos ao retorno de um conjunto de atribuições e competências que se ancoram em concepções positivistas da realidade; logo, reatualizando o debate acerca do conservadorismo na área (aspectos que trataremos de ilustrar com dados empíricos na próxima seção deste artigo).

Estudos como os de IAMAMOTO (1994) e NETTO (1994 e 2009) que pareciam datados para a análise de um tempo histórico do Serviço Social (referimo-nos ao período do movimento intitulado de reconceituação da profissão) são aportes fundamentais que, no contexto atual, nos parecem ser necessários para recolocar a problemática da dialética e, portanto, contradição contida no processo de renovação/conservadorismo da profissão.

Ora, é sabido que o Serviço Social nasceu com as marcas do conservadorismo, seja pelo lócus do seu nascimento (Europa), seja pela vinculação dos seus primeiros agentes que se constituíram de membros pertencentes à burguesia e à Igreja Católica. Essa marca, ainda que negada (MARTINELLI, 1989), é constitutiva da gênese da profissão e marcou a sua institucionalização, igualmente, no Brasil que possui uma formação socio histórica eivada de conflitos e lutas que, até hoje, reproduz a desigualdade social e de classes que o conforma.

Dessa gênese até os dias atuais, o que se verifica é a persistência de uma disputa “por dentro” do Serviço Social, com relação à identidade profissional e, logo, a direção social da mesma que se reatualiza e nos convoca a desvelar, pois, até alguns anos atrás, havia um reconhecimento dessa diversidade, contudo se instaurava uma ordem que

parecia ser consensual no interior da categoria profissional, expressando a hegemonia na direção social da mesma.

É importante, também, sublinhar que a sociedade capitalista, historicamente, se movimentou buscando a sua própria conservação, posto que este elemento é central para a sua própria reprodução. Assim, há uma disputa permanente “por fora” do Serviço Social que contribui para a complexificação deste processo.

Defende-se, portanto, que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma “base” conservadora de assistentes sociais de uma suposta “vanguarda” progressista. O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor (BOSCHETTI, 2015: p.639).

A crise societária em sintonia com a adversa conjuntura brasileira (somada aos perversos rebatimentos no mundo do trabalho) parece ter se tornado o estopim para que o debate sobre o conservadorismo seja tensionado, posto que novos discursos emergem no interior da categoria profissional. E, mais do que esses discursos, emergem práticas profissionais e acadêmicas que se somam nessa direção; ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho passa a reivindicar um perfil profissional que se alinha à essa perspectiva da profissão.

O cerco parece se fechar... parte dele pode ser explicado pelo processo que vem se verificando, no âmbito da política de educação superior, de massificação do acesso ao ensino na área, conjugado à oferta do mesmo de modo à distância, o que não só aligeirou a formação, como desqualificou o espaço do ensino, contribuindo para ampliar o contingente profissional, esvaziando a capacidade representativa da profissão junto ao órgão regulador da política de educação superior e, principalmente, colocando em xeque a hegemonia da profissão com a emergência de perfis, práticas e fundamentos distintos. Uma outra parte tem a ver com a construção histórica da profissão e as marcas identitárias que persistem em conformar o perfil profissional. E a amálgama de tudo isso provem do mercado de trabalho e da própria sociedade que renovam a requisição da atuação do profissional em uma perspectiva positivista e conservadora.

NETTO (2009 e 1994) ao se debruçar sobre a análise do Serviço Social no período de sua renovação, indica a presença de três formulações: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Acerca da última, o autor nos elucida que as

suas bases se alicerçaram nos seguintes elementos: a incorporação da teoria social marxista na produção de conhecimento e na formação profissional; a vinculação da profissão com os movimentos sociais vinculados aos interesses da classe trabalhadora expressos no atual Código de Ética; o fomento ao debate acerca dos fundamentos, valores e práticas profissionais e o fortalecimento das suas organizações representativas.

Na atual conjuntura brasileira, especialmente no alvorecer deste 2019, em que a direção política que assume o comando da nação se sustenta por valores que se contrapõem aos elementos contidos no projeto hegemônico da profissão e com o consenso da sociedade, o trabalho dos assistentes sociais passa a se constituir em espaço de tensionamento posto por esta realidade, mas, igualmente, pelo movimento que se processa no seu interior, com a retomada de questionamentos acerca dos seus fundamentos, direção social e exercício profissional.

Assim, compreender a formulação da proposta de intenção de ruptura da profissão como processo permanente se constitui, no tempo presente, imprescindível, pois:

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las (IAMAMOTO, 1994: p.37).

A fim de nos aproximarmos da realidade empírica em que o trabalho profissional vem sendo conformado, já tendo anunciado os traços de conservadorismo que o constitui e tendo, como lócus de pesquisa, a realidade gaúcha, trataremos de indicar, a seguir, algumas características conservadoras que se apresentam na requisição desse trabalho pelos seus empregadores. Já adiantamos aos leitores que, nossa hipótese, é de que essa requisição não anuncia, apenas, os interesses do mercado de trabalho, mas da própria sociedade determinada pelas necessidades do capital em reproduzir socialmente as desigualdades que produz.

O trabalho dos assistentes sociais no Rio Grande do Sul

Na atualidade, o RS possui 11.286.500 habitantes e 497 municípios. É um estado tipicamente exportador e amplamente dependente do agronegócio, logo, eventos climáticos que causam quebras de safras, assim como condições desfavoráveis do mercado externo e do câmbio, possuem efeitos negativos sobre a atividade econômica na medida em que causam redução de ganhos de receitas em duas importantes atividades do mesmo. No ano de 2000, o seu Produto Interno Bruto (PIB) representava 7% da economia nacional, mas em 2016, este percentual ficou em 6,6%. Isto significa que o estado está crescendo menos que o país e, também, perdendo participação no cálculo do PIB nacional (LAZZARI, 2018).

A dificuldade do RS em acompanhar o ritmo de crescimento do país pode se decorrer de algumas particularidades do mesmo: a dependência do campo e dos fatores climáticos, bem como a frágil situação fiscal que o mesmo atravessa há anos. Além disto, a recessão econômica que assola todo o país incide nestes indicadores.

No que se refere à gestão estatal, o RS está sob governo de Eduardo Leite, eleito em 2018, marcando o retorno do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao executivo estadual. No seu programa de governo encontramos o que é apontado como os eixos estratégicos do mesmo, a saber: “I – Governança para uma agenda comum II – Estado sustentável III – Sociedade com qualidade de vida IV – Desenvolvimento empreendedor” (LEITE, 2018:04). Nos seus primeiros dias de governo, foram apresentadas seis propostas de decretos que se propõem a racionalizar e controlar as despesas públicas, incluindo as com pessoal. Estas propostas decorrem do alto déficit em que se encontra o estado (7,4 bilhões de reais). Na área das políticas sociais, ainda não foram anunciadas as iniciativas mais significativas, o que nos impede de explorar este aspecto, mas é sabido que se trata de um governo cuja direção política se coloca contrária ao que a profissão defende, o que virá a impactar no exercício profissional da categoria nos espaços ocupacionais onde se insere, bem como as pautas de luta das organizações da mesma.

Com relação ao emprego, a última pesquisa feita no estado, mostrou que a taxa de desemprego total apresentou relativa estabilidade, entre fevereiro e março de 2018, passando de 11,7% para 11,8% da População Economicamente Ativa (PEA), dado que acompanha a realidade nacional, e que se materializa em 219 mil pessoas desempregadas (FEE, 2018).

Quanto ao mercado de trabalho dos assistentes sociais que fazem parte desse coletivo de trabalhadores, viemos realizado uma pesquisa que, dentre os instrumentos utilizados, lançou mão de um mapeamento, do tipo exploratório, em fontes disponíveis na internet, de modo a identificar a oferta de vagas de trabalho para os profissionais no RS. O referido mapeamento foi feito entre janeiro e setembro de 2018, em fontes como editais de concursos públicos e sites de vagas de emprego.

Acerca da *natureza* dessas vagas, foram mapeadas 51 ofertas, sendo 34 em instituições públicas e 17 em instituições privadas.

Quanto a *área de atuação*, destacaram-se as políticas que, historicamente, empregam os profissionais, a saber: 67% assistência social, 21% saúde e 12% educação.

No que se refere às principais *exigências para o exercício do cargo*, se destaca a solicitação dos requisitos mínimos na maioria das vagas, a saber: graduação na área e registro no Conselho profissional. Observação, ainda, para a denominação do cargo como Analista ou Técnico Social (com possibilidade da vaga ser disputada com profissionais com formação em Pedagogia ou Psicologia) e para o curso como de Assistência Social, o que já denota a confusão que, ainda, prevalece no mercado acerca da identidade da profissão.

Chamou a atenção da equipe de pesquisa que numa das vagas a descrição do cargo se refere ao trabalho do pedagogo, mas cuja requisição era pelo assistente social, o que traduz o *desconhecimento da identidade profissional* como se indica a seguir:

Acompanhar os educadores no planejamento, execução e avaliação das atividades; Estimular os educadores a desenvolverem com entusiasmo suas atribuições; Relacionar-se com a rede de atendimento e as escolas que recebem os atendidos; Cuidar dos registros e documentos relativos ao acompanhamento pedagógico; Auxiliar na construção do PPP e zelar pelo seu cumprimento; Organizar, juntamente com a equipe, eventos, promoções e formações; Organizar o programa de oficinas pedagógicas da instituição (Vaga ofertada em abril de 2018).

Quanto à *carga horária* de trabalho, há um predomínio das 30 horas, mas ainda foram localizadas vagas para 40 horas e, algumas poucas, para 20 e 35 horas semanais.

Quanto à *remuneração* pelo trabalho, as vagas para contratos de 20 horas apresentaram variação de rendimentos entre R\$1.196,66 e R\$3.321,36; 30 horas com variação de rendimentos entre R\$3.149,76 e R\$3.675,00; 35 horas com vencimentos de R\$2.090,35 a 3.108,47; 40 horas com vencimentos de R\$2.710,64 a R\$9.585,67. Localizaram-se 2 vagas, ainda, destinadas para serviços eventuais, caracterizando

contratos do tipo “intermitente” com remuneração de R\$128,00 por hora de trabalho, o que se encontra abaixo, inclusive, da tabela de honorários da profissão cujo valor hora mínimo para, apenas, graduados, é de R\$ 133,81.

Ao nos debruçarmos na *descrição das vagas*, fomos surpreendidos pela presença de atribuições que se reportam a períodos históricos anteriores ao contemporâneo, com *forte presença de concepções pragmáticas e conservadoras do trabalho profissional, bem como dos usuários e das políticas sociais* que antecedem a própria Constituição de 1988. E, também, *atividades relacionadas ao início da inserção do Serviço Social no mundo do trabalho*, expressas nas terminologias: inquérito, diagnóstico, tratamento, intervenção psicossocial, atendimento terapêutico, entre outras, foram identificadas em várias vagas, como se indica a seguir:

(...) planejar e promover inquéritos sobre a situação social de escolares e suas famílias; fazer triagem dos casos apresentados para estudo ou encaminhamento; estudar os antecedentes da família; participar de seminários; orientar os pais, em grupos ou individualmente, sobre o tratamento adequado; orientar nas seleções socioeconômicas para a concessão de bolsas de estudo e outros auxílios do município; selecionar candidatos a amparo pelos serviços de assistência à velhice, à infância abandonada, a cegos, etc.; fazer levantamentos socioeconômicos com vistas a planejamento habitacional, nas comunidades; pesquisar problemas relacionados com a biometria médica; planejar modelos de formulários e supervisionar a organização de fichários e registros dos casos investigados; prestar serviços em creches, centros de cuidados diurnos de oportunidades e sociais; executar tarefas afins (Vaga ofertada em abril de 2018).

Realizar diagnóstico e intervenção psicossocial em nível individual, grupal e comunitário. Realizar trabalho preventivo de educação e saúde. Organizar formulários que permitam registrar e arquivar a pesquisa de casos investigados. Manter organizado o ambiente em que atuar (Vaga ofertada em março de 2018).

Administrar e prestar diretamente serviços terapêuticos preventivos e promocionais a indivíduos, grupos e comunidades que apresentem disfunções sociais, implantando melhor adequação do equipamento social; implementar condições favoráveis a promoção humana nos sistemas sociais de comunicações e de instituições; realizar terapia psicossocial individual, familiar e grupal; executar trabalhos educativos promocionais com pequenos ou grandes grupos (Vaga ofertada em março de 2018).

Acompanhamento de eventuais problemas de ordem social; Condução de campanhas ou de eventos para atendimento às necessidades psicossociais dos servidores (Vaga ofertada em maio de 2018).

Prestar serviço de âmbito social a indivíduos ou grupos em tratamento de saúde física ou mental, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem, aplicando os processos básicos de serviço social, para facilitar a recuperação do cliente e promover sua reintegração ao meio social, familiar e de trabalho (Vaga ofertada em junho de 2018).

Vagas com *conteúdo moralizante, assentadas numa perspectiva de controle e investigação da pobreza* (dos sujeitos individuais, coletivos e grupos familiares) também foram identificadas, como ilustra a vaga a seguir:

Realizar investigações sobre situação moral e financeira de pessoas que desejarem receber ou adotar crianças; manter contato com a família legítima e a substituta, fazer levantamentos socioeconômico com vistas a planejamento habitacional nas comunidades (Vaga ofertada em abril de 2018).

Igualmente *concepções ultrapassadas e conservadoras da condição de vida dos sujeitos* foram descritas de modo contrário à própria legislação vigente, mas que traduzem uma concepção de sujeito social, a saber:

(...) prestar assistência a condenados por delito ou contravenção, bem como a suas respectivas famílias; promover a reintegração dos condenados a suas famílias e na sociedade; executar outras tarefas correlatas (Vaga ofertada em abril de 2018).

(...) promover o recolhimento de crianças abandonadas (Vaga ofertada em abril de 2018).

Em consonância com o que desenvolvemos no primeiro item deste artigo, os dados obtidos no mapeamento, revelam um mercado de trabalho fortemente marcado pela conjuntura contemporânea, o que nos impõe como categoria profissional o desafio de reconhecer que:

Muitos desses traços conservadores são fomentados pelo desencanto e pelas sucessivas perdas sociais históricas, submetidas à barbárie neoliberal. Enfrentá-las e superá-las exige construir estratégias coletivas pautadas no Projeto Ético-Político Profissional, que possibilitou ao Serviço Social alcançar sua maioria teórica-política (BOSCHETTI, 2015: p.649).

Entendemos que a conjuntura adversa, certamente, é um dos determinantes para essa breve conformação que identificamos no mapeamento apresentado; o segundo diz respeito ao retorno da perspectiva conservadora na profissão que encontra solo fértil neste contraditório Brasil em que vivemos.

O papel da pesquisa, na área, é de fornecer insumos para que a categoria profissional possa apropriar-se dos elementos concretos que vem incidindo no âmbito do seu exercício profissional, a partir da permanente análise da conjuntura que o determina.

Considerações Finais

Ao término deste artigo em que nos propusemos a problematizar a crise societária que vivemos de modo articulado com o trabalho do assistente social, a partir da particularidade do RS, alguns elementos à guisa de síntese merecem destaque:

- a requisição pela atuação profissional marcada pela perspectiva conservadora (da sociedade e da própria profissão) encontra, na conjuntura brasileira e na direção política da nação, o solo fértil para crescer e prosperar, colocando em risco os avanços e acúmulos que a profissão fez no seu estatuto científico, político e profissional. Mas, também, no âmbito das respostas políticas que se dão dadas para as demandas sociais, evidenciando uma regressão no campo dos direitos sociais para a população brasileira;
- os dados empíricos, ainda que tenham sido obtidos no RS, podem ser considerados como parte de um processo mais amplo que atinge a profissão em todo o Brasil, sendo necessário que a academia possa, cada vez mais, fornecer subsídios - consistentes e críticos – para que a categoria profissional se aproprie dos mesmos e construa estratégias para o enfrentamento do preocupante cenário em que se encontra o trabalho dos assistentes sociais.

Nossa intenção, neste artigo, ao compartilhar os achados e reflexões preliminares que viemos encontrando no campo empírico, se filia a esse compromisso que temos como pesquisadores e com parte da categoria que, com preocupação, recusa ao conservadorismo na profissão, bem como da sociedade, ainda que ascendam com força estas perspectivas em ambos contextos.

O ano de 2019 para o Serviço Social brasileiro se apresenta como desafiador diante de tal conjuntura, mas, também, porque ele demarca os 40 anos do processo de renovação da profissão. Momento ímpar para recuperarmos a dialética que o inaugurou (ruptura x conservação), bem como aprender com o percurso percorrido nas décadas que a ele se seguiram, de modo a retomarmos a concepção de que ele não se constituiu em um movimento datado, mas permanece em processo de disputa no interior da profissão. Razão pela qual, se faz necessário reconhecer os desafios do tempo presente, os impasses que se colocam no exercício profissional e o campo de possibilidades futuras.

Referências

- BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 10 REGIÃO. **Moção de repúdio**. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/arquivos/documentos/_25-05-mocao-5-ss-clinico.pdf, 2018.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Dados socioeconômicos do RS**. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado>. Porto Alegre, 2018.
- IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Trabalho e Formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1994.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>, 2018.
- LAZZARI, Martinho. **Perspectivas para a economia gaúcha em 2018**. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/perspectivas-para-a-economia-gaucha-em-2018>.
- LEITE, Eduardo. **Programa de Governo**. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/central/2018/BR/RS/2022802018/210000622367//proposta_1534355431161.pdf.
- MACIEL, Ana Lúcia Suárez et al. O Serviço Social no Rio Grande do Sul: Aproximações com a conjuntura da formação e do trabalho profissional. In: ENPESS, 16., 2018, Vitória. **Anais...** Vitória: Ufes, 2018.
- MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.
- NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.
- _____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. **Introdução ao método na teoria social**. In: SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 667-700, 2009.
- PAGÉS, Max et al. **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1987.